

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º EVD 00068	
Data 20.09.90	

411

ANALFABETISMO: O MESMO FILME?

Quase dois anos após a promulgação da última Constituição ainda nos encontramos frente ao grande desafio por ela estabelecido de eliminar o analfabetismo e universalizar a educação básica em um prazo de 10 anos, hoje já reduzido a oito.

Este desafio reafirma o reconhecimento do analfabetismo como um dos problemas sociais dos mais graves. Denuncia ainda a magnitude que o problema atinge no Brasil.

Uma rápida caracterização do fenômeno mostra que hoje teríamos cerca de 20 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade que não sabem ler nem escrever. Este número cresce para 45,5 milhões se utilizarmos um critério mais rigoroso, menos de 4 anos de estudo.

Estudos do professor Alceu Ferrari, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, demonstram como há uma distribuição desigual deste analfabetismo. Enquanto os estados do Nordeste possuem índices entre 43,4% (Pernambuco) e 54,3% (Alagoas), os do Sul e Sudeste não ultrapassam os 12,9% (São Paulo). Na zona rural o índice chega a 57,5% enquanto na zona urbana são 28,9% aqueles que não sabem ler e escrever. Demonstram ainda como estas diferenças foram sendo construídas historicamente pela forma desigual na apropriação dos benefícios do desenvolvimento do país: São Paulo e Pernambuco possuíam praticamente os mesmos índices de analfabetismo há um século atrás, em torno de 83%.

Divulgado há duas semanas, relatório do Banco Mundial mostrou que o número de pobres da população brasileira cresceu 43,48%, passando de 23,1 milhões, em 1981, para 33,2 milhões, em 1987. Mais da metade dos pobres estão no Norte e Nordeste do país (61%). Há uma distribuição desigual também entre a pobreza na zona rural (46,3%) e na zona urbana (14,8%).

O relatório aponta como principais fatores pelo crescimento da pobreza a concentração de renda - somos o terceiro entre os piores do mundo - e a adoção de políticas sociais erradas (esquece a questão da dívida externa). Recomenda, entre outras coisas, a reversão destas políticas de maneira a permitir aos pobres o acesso aos serviços de saúde e educação primária como forma de distribuir renda entre gerações.

Como podemos perceber, há uma nítida correlação entre pobreza e analfabetismo, fazendo-os indissolúveis no enfrentamento de suas causas e conseqüências. São os mais pobres os excluídos do direito de ler e escrever. São eles também os excluídos de outros direitos sociais básicos.

Ao longo dos últimos 100 anos houve um movimento de queda no índice percentual do analfabetismo para pessoas com 5 anos ou mais (82,3% em 1890 para 31,9% em 1980), apesar do crescente número absoluto de analfabetos (7,2 milhões em 1890 para 32,7 milhões em 1980). Este movimento de queda foi provocado pela expansão das vagas no ensino básico, bem como pela oferta de programas de educação de jovens e adultos.

Há, porém, uma nova face do problema. Nos últimos anos, ampliou-se no Brasil a oferta de vagas com redução dos recursos aplicados. O investimento por aluno caiu de 88 dólares em 1980 para 60 em 1986, enquanto os países do primeiro mundo ampliaram em média de 471 dólares para 595 no mesmo período. Estes mesmos países aplicaram em média 6% do PIB em educação enquanto o Brasil, apesar da dimensão do problema educacional, gasta 3,5%. O crescimento ocorreu, mas houve uma terrível queda na qualidade do ensino através de mecanismos como o aumento do número de turnos por dia, o aumento do número de alunos por sala de aula, a diminuição nos salários dos professores e nos recursos materiais para funcionamento do sistema de ensino.

Isto tem reforçado uma outra forma de exclusão, não mais aquela provocada pelo fato de não haver vagas, mas aquela produzida pelo aumento da evasão e da repetência dos alunos, o que questiona de maneira profunda os resultados deste crescimento de oferta. É por isto que os educadores incorporaram à luta por ampliação de vagas a bandeira da qualidade desta oferta, sob risco de cairmos no desperdício de recursos e no engodo do discurso populista.

O governo federal lança um novo programa de atendimento aos analfabetos. Cumpre obrigação de governo democrático que busca respeitar o que está estabelecido na nossa Constituição. Mais ainda, cumpre um dever de justiça social ao se voltar para os mais pobres, aqueles excluídos do direito de se alfabetizar.

Há no entanto algumas dúvidas, que fazem prever novos fracassos dos aparentemente sempre bem intencionados discursos.

Vimos como o problema do analfabetismo está intimamente relacionado com o problema da pobreza. Vimos também como a pobreza cresceu no país nos últimos anos, aumentando o número dos excluídos dos direitos sociais básicos. Como acreditar, então, em um programa setorial de educação, estabelecido por um governo que aponta, em seu modelo de desenvolvimento global, para a recessão e o desemprego, formas cruéis de ampliar o número dos excluídos e conseqüentemente dos analfabetos? Projetos setoriais de educação devem vir acompanhados de programas mais amplos de desenvolvimento social para poderem se realizar com êxito, revertendo o quadro de desigualdades.

Uma segunda dúvida aparece ao se anunciarem metas de curto prazo de superação do analfabetismo, sem que se apontem condições de médio e longo prazo que garantam a sua não produção e não regressão. Sabemos que a superação do analfabetismo só ocorrerá quando tivermos uma escola básica de qualidade que atenda a todos. Há que se evitar que novos analfabetos surjam. Hoje são 10 milhões as crianças que estão fora da escola. Há que dar continuidade escolar aos que forem se alfabetizando para que não regridam à condição de analfabetos.

Como acreditar, finalmente, na seriedade da vontade política de um governo que pretende superar os problemas do

analfabetismo ao destinar apenas 40 bilhões de cruzeiros para o próximo ano, muito abaixo daquilo que a própria Constituição estabelece como mínimo? Recomendação do IPEA, órgão do governo federal, aponta para pelo menos 5,5% do PIB (hoje gastamos 3,5%), ao longo dos próximos 15 anos se efetivamente quisermos enfrentar o problema. O governo oferece neste programa 100 dólares em média por aluno quando a Unesco verificou serem necessários pelo menos 300.

Não seria melhor, diante de recursos tão modestos, não se anunciar metas tão ao estilo do antigo Mobral, e buscar uma estratégia duradoura de atendimento de qualidade para alguns setores mais sensíveis a estes investimentos, como por exemplo as crianças excluídas do sistema escolar, na faixa dos 10 a 14 anos, e que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos?

Não estaríamos diante de mais uma forma de fazer do interesse político por ampliação da oferta de serviços educacionais uma maneira de continuar excluindo os mais pobres pela baixa qualidade dos serviços oferecidos? Acho que já vimos este filme antes.

Sérgio Haddad, 40, educador, é Secretário Geral Adjunto do CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação e diretor licenciado dos Cursos Supletivos do Colégio Santa Cruz.

CEDI
São Paulo
setembro 1990